



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES
 Secretaria Executiva
 Departamento de Governança Institucional
 Comitê Gestor do Fundo Setorial de Petróleo e Gás Natural - CT-PETRO

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CT-PETRO

EXERCÍCIO DE 2021

Data: 18 de agosto de 2021

Horário: das 09h às 12h00

Local: Gabinete da Secretaria Executiva - Sala 500 do Edifício Sede do MCTI (para participação presencial) e no link https://conferenciaweb.rnp.br/webconf/sexec_2_mcti, para participação web.

CONVOCADOS

- Sergio Freitas de Almeida** - Presidente do CT-Petro, representando o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI.
- João José de Nora Souto** - Secretário Adjunto de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – Ministério de Minas e Energia – MME
- Alfredo Renault** - Superintendente de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico-SPD – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP
- Cristiane M.S Abreu** – Secretária-Executiva do FNDCT/FINEP
- Thales Marçal Vieira Netto** – Diretor de Gestão e Tecnologia da Informação – DGTI/CNPq
- Luciano Felipe de Carvalho Rodrigues** – Gerente Sênior de Inovação – Setor de Petróleo e gás - Petrobrás
- Melissa de Moura Fernandez (Titular)** - Gerente de Tecnologia e Inovação da IBP - Setor de Petróleo e Gás - CNI
- Alberto Machado Neto (Suplente)** - Diretor-Executivo de petróleo, gás, bioenergia e petroquímica de Abimaq - Setor de Petróleo e Gás - CNI
- José Carlos Costa da Silva Pinto (Titular)** - Professor titular do Programa de Engenharia Química do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – Comunidade de Ciência e Tecnologia - ABC
- Romildo Dias Toledo Filho (Titular)** - Vice-Diretor da Coppe- Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da UFRJ - Comunidade de Ciência e Tecnologia - SBPC (participação na abertura com posterior ausência justificada).
- Milton José Porsani (Suplente)** - Professor titular da Universidade Federal da Bahia – Comunidade de Ciência e Tecnologia – SBPC

CONVIDADOS:

- Sávio Tulio Oselieri Raeder** - Diretor do Departamento de Ciências da Natureza - [Secretaria de Pesquisa e Formação Científica - SEPEF](#) - MCTI
- Eduardo Soriano Lousada** - Diretor do Departamento de Tecnologias Aplicadas – Secretaria de Empreendedorismo e Inovações – SEMPI - MCTI

EQUIPE EXECUTIVA DE ACOMPANHAMENTO DO CT- PETRO

Lilian Rose Petres, Coordenadora-Geral de Gestão de Fundos - CGGF - Substituta

Marcela Galo Teodoro, Assistente CGGF

Marilda Jacinto Bauer, Assessora Técnica da Secretaria-Executiva do MCTI

Sônia da Costa, Assessora do Gabinete da Secretaria-Executiva do MCTI

QUORUM:

As 09h do dia 18 de agosto foram verificadas a presença de todos representantes dos órgãos integrantes do **Comitê Gestor do Fundo Setorial de Petróleo e Gás Natural - CT-PETRO** (MCTI, MME, ANP, FINEP, CNPq, PETROBRÁS, CNI, ABC, SBPC), em acordo com Portaria nº 776 de 4 de agosto de 2021 / * Portaria nº 819, de 16 de agosto de 2021, obtendo-se um quórum de 100%.

PAUTA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CT- PETRO – EXERCÍCIO DE 2021

- Abertura
- Apresentação dos Membros do Comitê Gestor do Fundo Setorial de Petróleo e Gás Natural / CT-PETRO
- Apresentação e Aprovação da Pauta da Reunião
- Esclarecimentos sobre Documentos Básicos dos Fundos
- Histórico do FNDCT e do CT-Petro
- Priorização de Temas e Investimentos
- Encaminhamentos
- Outros Assuntos e Encerramento

3. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÕES DOS ASSUNTOS DA PAUTA.

3.1 Abertura

O presidente do CT- Petro, Sr. Sergio Freitas de Almeida, iniciou a **Primeira Reunião Extraordinária do CT- Petro - Exercício 2021** - no horário previsto, verificou o quórum e solicitou para que todos os membros se apresentassem, em seguida expôs a pauta da reunião para apreciação do colegiado. Após a anuência de todos, com o objetivo de alinhar o conhecimento de todos sobre os Fundos Setoriais, deu início aos trabalhos convidando a Sra. Cristiane Abreu, representante da FINEP, para proceder apresentação de contextualização sobre o FNDCT (Anexo I). Esta é uma dinâmica proposta pelo MCTI que está sendo adotada por todos os Comitês Gestores. Informou ainda, que após a apresentação da Finep fará uma breve explanação sobre as condicionantes referentes à execução dos recursos disponíveis para 2021, subsidiando o

colegiado para a devida apreciação das Cartas-proposta encaminhadas ao CT- Petro para comporem o Plano de Investimentos do CT- Petro vinculado a Proposta Orçamentaria de 2021, aprovada pelo Conselho Diretor.

Esclareceu que a qualquer momento os membros podem intervir e contribuir com as discussões previstas na pauta.

3.1 Contextualização e Esclarecimentos sobre os Documentos Básicos dos Fundos Setoriais,

A representante da FINEP iniciou sua apresentação sobre a contextualização/nivelamento de conhecimento sobre os Fundos Setoriais reiterando que o objetivo é trazer um panorama geral sobre o funcionamento do FNDCT destacando inicialmente os instrumentos legais que regulamentam o *Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT*, citando a *Lei Nº 11.540, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2007, enquanto normativo geral do FNDCT*, e a *PORTARIA Nº 7.252, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2019* que estabelece a forma de funcionamento do Fundo e das instâncias deliberativas como o Conselho Diretor, os Comitês Gestores e o recém criado Comitê de Coordenação do FNDCT e a Câmara Técnica de incentivos a Inovação.

Com base nesses normativos, apresentou o sistema e a composição de governança do FNDCT, destacando as competências dos Comitês Gestores Setoriais, citando como atribuições destes, a proposição de linhas de C,T&I e o acompanhamento das ações de cada fundo. Como última instância da governança destacou o papel das agências de fomento na implementação das ações/iniciativas, aprovadas pelo Conselho Diretor, que serão executadas pelas Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs) e por empresas.

Em seguida, detalhou as modalidades de fomento admitidas para a aplicação dos recursos do Fundo - *não reembolsáveis, reembolsáveis e aporte de capital*. Destacou que os recursos não reembolsáveis destinam-se a projetos de Instituições, Científicas e Tecnológicas (ICTs) e cooperação de ICTs e empresas, subvenção econômica para empresas, equalização e encargos financeiros. Ainda, incluídas recentemente pela *Lei Complementar nº 177, de 2021*, habilitam-se para receber até 25% dos recursos não reembolsáveis, os programas desenvolvidos por Organizações Sociais.

Quanto os recursos reembolsáveis, são destinados a projetos de desenvolvimento tecnológico de empresa, disponibilizados em forma de empréstimos, cujos os limites passaram de 25% para até 50 % a partir de 2021 com a promulgação da referida Lei Complementar.

Por fim, citou o aporte de capital, terceira modalidade de aporte do FNDCT destina-se a projetos de impacto mediante participação efetiva em empresas com propósitos específicos, conforme estabelece a *Lei 10.973 de 02 de dezembro de 2004*.

Ainda, citando a Portaria nº 7.252/2019, apresentou os instrumentos de implementação das linhas de Ciência, Tecnologia e Inovação - Chamada Pública, Carta-Convite e Encomenda, observando, em sua apresentação, os critérios para submissão de propostas em cada um destes.

Após a elucidação sobre os normativos e conceitos que embasam o funcionamento do FNDCT, a Sra. Cristiane discorreu sobre a composição dos recursos do FNDCT, detalhando as fontes de arrecadação e as destinações/possibilidades de aplicação da arrecadação, observando a regulamentação de cada Fundo setorial. Quanto a origem da arrecadação destacou os recursos oriundos de royalties (petróleo, energia entre outros) as compensações financeiras oriundas das ações de subvenção econômica, as receitas de Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) entre outros. Já quanto à aplicação dos recursos do Fundo, estes voltam-se basicamente para o financiamento de atividades de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico, observando a estrutura orçamentária do FNDCT, que está dividida em ações verticais, ações transversais e as operações especiais.

Em seguida, explanou sobre a proposição orçamentária anual, detalhando o fluxo de aprovação do Plano Anual de Investimentos (PAI) e o fluxo de execução orçamentaria. Destacou que o PAI, após sua aprovação pelo Conselho Diretor, é condição precípua para a elaboração proposta de Projeto de Lei Orçamentária Anual e de Crédito Suplementar, quando for o caso, que é encaminhada pelo MCTI ao Congresso Nacional.

Observou ainda que, se houver necessidade futuras de adequações orçamentárias, isso poderá ocorrer mediante solicitação direta ao Ministério da Economia, tendo em vista que o FNDCT é o único fundo, cuja as necessidades de ajustes poderão ser viabilizadas via Ministério da Economia mediante Portaria, não dependendo de nova tramitação via congresso, conforme prerrogativa constitucional ratificada nos Art. 56 e 59 da *Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020*.

Retomando a premissas definidas pela Portaria 7.252/2019, citou o Art. 19 e explanou sobre as atribuições e a competência dos Comitês Gestores dos Fundos Setoriais, entre elas destacou que cabe aos comitês “receber as Cartas-Propostas de Linhas de CTI de todos os interessados para análise e aprovação e elaborar o Plano de Investimento das ações do respectivo Fundo Setorial e, uma vez aprovados, devem ser, submetidos ao Comitê de Coordenação do FNDCT, por meio da Secretaria-Executiva do MCTIC.

No que tange a elaboração do Plano de Investimento do CT- Petro, destacou-se que se faz necessário levar em conta o orçamento inicial aprovado na LOA – *Lei 14.144, de 22 de abril de 2021, R\$ 510,1 milhões*, o crédito suplementar de *R\$ 415 milhões*, ambos em créditos não-reembolsáveis e que se encontra em tramitação no Congresso Nacional proposta de PLN para solicitação de novo crédito suplementar de *R\$ 706 milhões*.

Por fim, a representante de Finep destacou as premissas para a execução do orçamento de 2021, dizendo que é fundamental considerar:

- a capacidade de execução orçamentária até o término do exercício, aproximadamente 100 dias;
- Atendimento aos dispositivos legais relacionados à alocação de recursos previstos na *Lei nº 11.540/2007*
- A necessidade de complementariedade entre as propostas orçamentárias de 2021 e 2022;
- Garantir que os critérios de priorização adotados para distribuição dos recursos do FNDCT em 2021 considerem:
 - *Os compromissos assumidos em exercícios anteriores pela Finep e CNPq, contratos celebrados e em andamento;*
 - *As chamadas aprovadas em exercícios anteriores pelo Conselho Diretor do FNDCT e não contratadas;*
 - *O apoio a projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico relacionados com a Covid-19, em especial as ações voltadas para o desenvolvimento de vacinas;*
 - *As demandas de equalização, contratos de empréstimos celebrados pela Finep e em andamento;*
 - *A retomada dos editais universais do CNPq;*
 - *A conclusão das ações dos projetos dos INCTs (CNPq);*
 - *A continuidade das ações de implantação, ampliação e recuperação de infraestrutura de pesquisa (CT - Infra);*
 - *As ações transversais: maior abrangência de projetos, garantindo flexibilidade na execução;*
 - *A retomada das ações de subvenção econômica;*
 - *O apoio a editais voltados para ações de inovação, e*
 - *As demandas de taxa de administração e despesas operacionais da Finep*

Considerações do Presidente do CT- Petro, Sr. Sergio de Freitas Almeida, sobre a execução orçamentária de 2021

Após o término da apresentação da FINEP, o presidente do Comitê agradeceu a participação da Sra. Cristiane Abreu, e em seguida retomou alguns pontos abordados enfatizando que estamos em agosto e, que somente nesse mês, foi possível, no âmbito do Conselho Diretor, discutir e deliberar as propostas orçamentárias de 2021 e 2022 para a execução do FNDCT. Essa situação justifica-se por uma série de ajustes que se fizeram necessários, para adequação das dotações orçamentárias do FNDCT aos termos da Lei complementar 177 de 12 de março de 2021, cujo o principal o principal ganho refere-se à vedação de “*alocação orçamentária dos valores provenientes de fontes vinculadas ao FNDCT em reservas de contingência de natureza primária ou financeira*” conforme decretado pelo Congresso Nacional em 26 de março de 2021. Com isso, ficou assegurado a integralidade dos recursos do FNDCT para aplicação em ações de desenvolvimento científico e tecnológico e inovação conforme os normativos já estabelecido.

Essa condição, inclusive, foi objeto de duas representações ao TCU, onde o Ministério da Economia em resposta aos pedidos de informações assegurou que todo o orçamento de 2021 será liberado durante o presente exercício, porém em parcelas, mediante aprovação de Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN).

Após essa autorização para uso integral dos recursos do FNDCT, o MCTI vem atuando na suplementação do orçamento original, aprovado em LOA, visando alcançar o limite disponível para 2021, aproximadamente 5 bilhões. Até o momento, além dos 510,1 milhões autorizados em LOA, o MCTI, por deliberação do Conselho Diretor do FNDCT, vem fazendo gestões contínuas junto ao congresso nacional para liberação, via PLN, dos recursos ainda disponíveis, o que já resultou na aprovação PLN 8/2021 (R\$ 1,8 Bilhão em recursos reembolsáveis) PLN 6/2021 (415 milhões em recurso reembolsáveis) e encontra-se em tramitação o PLN 16/21 que vai autorizar mais 655 milhões para ações de C,T&I vinculadas ao FNDCT.

Porém, o presidente do CT- Petro alertou que a maior preocupação agora é a execução desses recursos que estão sendo autorizados, tendo em vista que os prazos se restringem a cada dia. Relatou que em reunião com o CNPq, lhe foi alertado que o cronograma para viabilização de Chamadas Públicas em 2021 já não será mais possível.

Para a implementação de encomendas e cartas convites, a estimativa de os prazos aproxima-se a 60 e a 90 dias, o que depende de um esforço de todas as instancias deliberativas e de implementação das ações para a execução dos recursos previstos para o exercício de 2021.

O Presidente finalizou sua fala dizendo que as Chamadas devem ser priorizadas, porém como não há mais tempo hábil para a implementação dessas nesse ano de 2021, orientou que as Chamadas Publicas propostas a esse Comitê sejam apreciadas em relevância e mérito com projeção orçamentária para 2022. A programação orçamentária para 2021 e 2022 já foram aprovadas pelo Conselho Diretor em sua última reunião do dia 11 de agosto. Para isso pediu a compreensão dos membros quanto a urgência de apreciação das propostas apresentadas ao CT- Petro, afim de enquadrá-las nos respectivos exercícios.

Apresentação das Cartas-Proposta para priorização de temas e investimentos.

Após a contextualização inicial sobre o FNDCT e as suas condicionantes para execução orçamentaria em 2021, o Presidente do CT- Petro apresentou o conjunto de cartas propostas recebidas, até última semana conforme orientado pelo calendário, destacando que duas cartas propostas estão sendo apresentadas pela CNI, duas propostas elaboradas pela SEMPI, três pela SEPEF e uma pela FINEP, as quais foram encaminhadas (em sua integra) para apreciação dos Membros deste CT- Petro.

Figura I – Quadro Resumo das Proposta apresentadas.

CARTAS-PROPOSTA - PROPONENTES 1ª Reunião Extraordinária – Exercício 2021 Comitê Gestor do Fundo Setorial de Petróleo e Gás Natural / CT-PETRO			
PROponente	PROPOSTA	INSTRUMENTO/AGÊNCIA	INSTITUIÇÃO EXECUTORA
Confederação Nacional de Indústria (CNI)	Aplicação de Planta Demonstrativa de produção de H ₂ por eletrólise PEM e injeção de H ₂ na rede de Gás Natural (GN), em teores inferiores a 5% v/v.	Carta Convite/ FINEP	Hytron Energia e Gases (Empresa Nacional)
	Produção de bioenergia (bi-hidrogênio e biometano) a partir do tratamento de resíduos sólidos orgânicos	Encomenda/ FINEP	Coppe/UFRJ.
Secretaria de Empreendedorismo e Inovação (SEMPI)	Incentivo ao desenvolvimento tecnológico e à inovação em apoio ao Programa Combustível do Futuro e Programa Nacional de Hidrogênio	Chamada Pública/CNPq	-
	Desenvolvimento de Soluções de Base Tecnológica aplicadas à área de Petróleo e Gás Natural baseadas em Materiais Avançados, Fônica, Acústica, Nanotecnologia, Minerais Estratégicos e Grafeno.	Encomenda 01/CNPq	Sistema Nacional de Laboratório em Nanotecnologias (SisNANO-MCTI) (Chamada Pública CNPq/MCTI/SEMPI nº 13/2021)
	(* Esta carta se desdobrará em dois termos de referência, que darão início a duas Encomendas à Instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICTs)	Encomenda 02/CNPq	Sistema Nacional de Laboratório de Fônica (SisFON-MCTI) (Chamada Pública CNPq/MCTI/SEMPI nº 01/2021)
Secretaria de Pesquisa e Formação Científica (SEPEF)	Desenvolvimento de sistema multiusuário de detecção, previsão e monitoramento de derrame de óleo no mar.	Encomenda/FINEP	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)
	Pesquisa e Desenvolvimento para Enfrentar o Derramamento de Óleo na Costa Brasileira – Programa Científica no Mar do MCTI (*) Aditivo à Chamada CNPq nº 6 de 2020 - 10 Projetos já aprovados (P 2)	Encomenda /CNPq	USP, UFBA, UFRJ, UNISAB, UFPA, IATL, UFRR, UNESP, UFV Ver anexo da Carta Proposta
Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP)	Desenvolver diagnóstico e estratégias tecnológicas para combater a poluição no mar e ambientes marinhos causada pelo plástico e seus subprodutos em consonância com o Plano Nacional de Combate ao Lixo no Mar (PNCLM).	Chamada Pública/CNPq	-
	Programa de Desenvolvimento de Tecnologias para Monetização do Gás Natural do Pré-Sal	Chamada Pública/FINEP	-

Considerações dos Membros:

A título de esclarecimento foi solicitado pelo Sr. Alfredo Renault que o presidente falasse sobre o montante de recurso disponíveis para o CT- Petro, e qual a demanda apresentada. O Sr. Sergio afirmou que proposta orçamentária para o CT-Petro em 2021 é de 5 milhões de reais e a demanda inicialmente contabilizada é de 56 milhões para 2021, com previsão ainda de 48 milhões para 2022 e 30 milhões para 2023, totalizando uma demanda global de 135 milhões, aproximadamente, conforme quadro constante da apresentação SEXEC.

Figura 2. Quadro resumo da demanda orçamentária.

DEMANDA ORÇAMENTÁRIA 1ª Reunião Extraordinária - Exercício 2021						
Proponente	Projeto	Instrumento/Agência	Valor (em R\$mil)			Total
			2021	2022	2023	
CNI	Aplicação de Planta Demonstrativa de produção de H ₂ por eletrólise PEM e injeção de H ₂ na rede do Gás Natural (GN), em teores inferiores a 5% v/v.	Carta Convite/ FINEP	8.000,00	2.000,00	-	10.000,00
	Produção de bioenergia (bi-hidrogênio e biometano) a partir do tratamento de resíduos sólidos orgânicos	Encomenda/ FINEP	2.500,00	1.500,00	-	4.000,00
SEMPI	Incentivo ao desenvolvimento tecnológico e à inovação em apoio ao Programa Combustível do Futuro e Programa Nacional de Hidrogênio	Chamada Pública/CNPq	15.000,00	10.000,00	5.000,00	30.000,00
	Desenvolvimento de Soluções de Base Tecnológica aplicadas à área de Petróleo e Gás Natural baseadas em Materiais Avançados, Fônica, Acústica, Nanotecnologia, Minerais Estratégicos e Grafeno.	Encomenda 01/CNPq	-	-	-	-
	(* Esta carta se desdobrará em dois termos de referência, que darão início a duas Encomendas à Instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICTs)	Encomenda 02/CNPq	15.000,00	5.000,00	5.000,00	25.000,00
SEPEF	Desenvolvimento de sistema multiusuário de detecção, previsão e monitoramento do derrame de óleo no mar.	Encomenda/FINEP	-	20.000,00	10.000,00	30.000,00
	Pesquisa e Desenvolvimento para Enfrentar o Derramamento de Óleo na Costa Brasileira – Programa Científica no Mar do MCTI (*) Aditivo à Chamada CNPq nº 6 de 2020 - 10 Projetos já aprovados (P 2)	Encomenda /CNPq	6.242,54	-	-	6.242,54
	Desenvolver diagnóstico e estratégias tecnológicas para combater a poluição no mar e ambientes marinhos causada pelo plástico e seus subprodutos em consonância com o Plano Nacional de Combate ao Lixo no Mar (PNCLM).	Chamada Pública/CNPq	5.000,00	5.000,00	5.000,00	15.000,00
FINEP	Programa de Desenvolvimento de Tecnologias para Monetização do Gás Natural do Pré-Sal	Chamada Pública/FINEP	5.000,00	5.000,00	5.000,00	15.000,00
TOTAL FONTE: CT - PETRO			56.742,54	48.500,00	30.000,00	135.242,54

Após a apresentação dos quantitativos, o Presidente do CT- Petro informou aos membros que, conforme orientado pelo Conselho Diretor e validado pelo próprio Ministério da Economia, os valores alocados em cada Comitê Setorial (CT) são flexíveis, podendo haver remanejamentos de entre os CTs, enfatizou o presidente do CT-Petro.

O Sr. José Carlos manifestou-se, dizendo que é público e notório as dificuldades de financiamento da ciência brasileira que a academia vem enfrentando. E, enquanto representante da ABC e conforme manifestação da Comunidade Científica, enfatizou que defende que as propostas a serem implementadas pelo CT – Petro priorizem a chamada pública como instrumento de seleção em detrimento às encomendas e cartas-convite.

A Sra. Melissa, em suas considerações iniciais, disse que identificou a falta de critérios preestabelecidos para a avaliação das Cartas-proposta, e que seria necessário identificar, além das questões orçamentárias e da limitação temporal exposta, quais os pontos que devem ser observados pelo grupo para aprovação e acompanhamento dos resultados dos projetos que serão apoiados neste ano. Ainda, para 2022, sugeriu a discussão do emprego de Key Performance Indicator (KPIs), enquanto ferramenta de definição de indicadores e acompanhamento de desempenho, assim como os critérios de avaliação, já adotados pela FINEP. Acredita que essas reflexões contribuirão para melhor direcionar os recursos do CT-Petro e também para melhor reportar as decisões ao setor de petróleo e gás.

Respondendo a Sra. Melissa, o presidente do CT-Petro lhe deu razão quanto à necessidade de refletir sobre o que é prioritário para C,T&I no Brasil. Disse que o MCTI procura defender as prioridades estabelecidas com base nas discussões com a comunidade científica, empresas, instituições públicas e privadas, agências de fomento e órgãos de governo. O Ministério estabelece seus critérios ouvindo as demandas e os setores/instituições que as representam. A título de exemplo, citou a decisão pelo desenvolvimento de vacinas nacionais para o enfrentamento da COVID 19 e o apoio para o desenvolvimento de tecnologias de monitoramento do derramamento de óleo no mar, ambos foram definidos como prioridades por conta dos fatos ocorridos.

Quanto a questão da definição de critérios, sob o ponto de vista do MCTI, tem-se considerado as questões estratégicas/emergências apresentadas pelas ICTs, empresas e seguimentos representativos. Porém destacou que quanto aos critérios a serem adotados por este grupo, o CT-Petro, cabe observar inicialmente, que este é composto por representantes do setor empresarial, acadêmico, das agências de fomento e do governo, cabe aos membros levar em conta as visões institucionais sobre o que é

prioridade para esse setor. A finalidade dos comitês setoriais é propor, apreciar e aprovar propostas quanto a sua relevância e sua validade para esse momento. Orientou que as discussões, no âmbito deste comitê, serão livres, considerando a representação e a capacitação técnica/concepções de cada membro.

Em relação às considerações do Sr. Jose Carlos, o Sr. Sergio disse que corrobora com a posição da comunidade científica, que preconiza pela priorização de chamadas, extremamente válida sob o ponto de vista da transparência, publicidade e igualdades de condições. O Sr. Sergio fez referência ao documento que a academia científica em defesa das chamadas públicas. (ANEXO I). Porém reiterou que é preciso levar em conta o tempo que se dispõe para efetivar uma chamada pública, disse que de acordo com o Presidente do CNPq o tempo necessário para a viabilização de uma Chamada Pública, incluindo a contratação dos projetos selecionados, leva em torno de 134 dias, o que não será mais possível esse ano. Reiterou que esse grupo, ao eleger as Chamadas Públicas como instrumento de implantação, essas ficarão aprovadas no mérito com indicação para a execução/implantação em 2022. As propostas aprovadas no âmbito deste Comitê seguirão para deliberação nas demais instâncias, quanto a exequibilidade, sob o ponto de vista de recurso e de tempo hábil para tal.

Para o exercício de 2021, o Sr. Sergio disse que há de se considerar, que precisamos de projetos aptos para empenho ainda neste ano, objetivando a utilização dos recursos disponíveis. Dispõe-se de 5 milhões para o seguimento de Petróleo e Gás Natural, mas a dotação poderá ser ampliada a partir da harmonização das disponibilidades orçamentárias em outros fundos Setoriais. Cabe a esse comitê a avaliação técnica (relevância e mérito) que indiquem a validade das propostas apresentadas, valores e prazos ainda serão observados nas próximas instâncias deliberativas, CCF e CD/FNDCT, que aprovarão os projetos que irão compor o Plano Anual de Investimento.

Sr. Alfredo, representante da ANP, disse que entende a questão dos prazos, mas destacou que, frente a urgência de definição/destinação dos recursos, os membros do Comitê não tiveram a oportunidade para discutir os grandes temas prioritários para o setor, tanto sob o ponto de vista das empresas como da academia. Devido a isso, teme que os projetos aqui previstos possam comprometer os recursos dos próximos anos, por não ter havido uma discussão mais ampla sobre as demandas do setor. Disse que o Brasil vem projetando-se competitivo internacionalmente no seguimento *subsea*, dada a presença de empresas que estão produzindo e realizando pesquisas em nosso país. Porém há gargalos tecnológicos para que o Brasil se posicione como referência no *subsea* assim como no fornecimento *offshore*, o que exige investimentos em P&D e definição de estratégias de país para a área de petróleo e gás.

Ainda, ao ser consultado pelo presidente do Comitê sobre as propostas em apreciação, o Sr. Alfredo evidenciou que entre as oito propostas apresentadas, considera que as cartas voltadas às questões referentes à obtenção e uso do Hidrogênio como combustível do futuro, são consonantes com as discussões do setor e em consonância com o ponto de vista de definição de estratégia para o País.

Diante dessa afirmação, o Sr. Sergio corroborou com as prioridades elencadas pelo Sr. Alfredo e disse que a visão do Ministério coaduna com a visão estratégica de investir em projetos de P,D&I voltados ao uso do Hidrogênio como alternativa energética para o futuro.

Disse também que, o ideal, nesse momento, seria levantarmos inicialmente as prioridades da área para que posteriormente fossem encaminhadas as sugestões de projetos. Mas, considerando o que já foi exposto, os prazos e a disponibilidade orçamentária, fez-se necessário a imediata abertura à apresentação de Cartas-Propostas ao CT- Petro. Com isso, de forma muito franca, vamos apreciar cada proposta com objetivo de identificar o mérito e a relevância não havendo nenhuma obrigação de aprovação, reiterou.

O Sr. Tales do CNPq disse que acompanha a posição do José Carlos academia que a priorização dos Chamadas Públicas, porém para esse ano há uma questão temporal a ser observada, ou implementa-las, havendo propostas nesse CT-Petro sugere que essas sejam aprovadas em mérito, e se for o caso, para implementação no próximo ano, garantindo o tempo hábil para execução.

O Sr. Luciano Felipe, representante da Petrobras, acompanhou a opinião do Sr. José Carlos, reiterando que a melhor forma de implementação são as chamadas públicas e também disse que corrobora com a preocupação da Sra. Melissa quanto à importância da definição de critérios para priorização, um guia orientador. Isso ajudará o grupo na definição dos projetos que serão apoiados. Outra preocupação refere-se à implementação dos projetos que obtiveram sucesso tecnológico, questionou: Como serão implementados? Como esses projetos se tornarão negócios? E, em seguida, afirmou que essas são questões que precisam ser consideradas pelo CT-Petro. Observou ainda que, para que essas inquietações possam ser debatidas no âmbito desse comitê, faz-se necessário um melhor detalhamento das propostas e dos atores envolvidos.

O Sr. João Souto MME – Opinou pela priorização de Chamadas Públicas e destacou a importância da definição de estratégias/diretrizes para a transição energética, combustíveis do futuro / combustíveis avançados. Falou sobre as recentes Resoluções^[1] do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) que deliberam sobre os Programa Nacional do Hidrogênio e a criação do Comitê Técnico Combustível do Futuro – CT-CF com o objetivo de estabelecer diretrizes para estimular transição energética, orientando a identificação das vantagens dos biocombustíveis e o estabelecendo rotas tecnológicas voltadas à produção de combustíveis sustentáveis e de baixa intensidade de carbono, como o hidrogênio, o Biometano e o BioQAV, pois o Brasil aderiu ao CORSIA” (em inglês, Carbon Offsetting and Reduction Scheme for International Aviation). Diante do exposto o Sr. João destacou que, sob o ponto de vista do MME, é emergente observar e aprofundar os estudos na área energética renovável alinhada com as diretrizes, já aprovadas pelo CNPE, as quais voltam-se para o desenvolvimento da cadeia produtiva dos combustíveis do futuro como o bio-hidrogênio, a Eletrólise, reforma da célula combustível do etanol, as derivações do gás natural, o diesel verde entre outros. Sugeriu que se defina diretrizes específicas de P&D para o desenvolvimento desses combustíveis alinhadas com as estratégias já definidas a nível de país e da ONU, e para isso acredita que para o aprofundamento desses estudos o Chamamento Público apresenta-se como o instrumento mais viável para a aplicação dos recursos do CT-Petro.

[1] Resolução nº 6, de 20 de abril de 2021 - Determina a realização de estudo para proposição de diretrizes para o Programa Nacional do Hidrogênio.

Resolução nº 7, de 20 de abril de 2021 - Institui o Programa Combustível do Futuro com o objetivo de propor medidas para incrementar a utilização de combustíveis sustentáveis e de baixa intensidade de carbono, bem como da tecnologia veicular nacional com vistas à descarbonização da matriz energética de transporte nacional.

O Presidente do CT-Petro, Sr. Sergio, agradeceu as considerações iniciais dos membros e observou que, ouvindo as manifestações institucionais, reitera-se a visão sobre a atuação transversal do MCTI nas discussões estratégicas de desenvolvimento, como as de impacto ambiental, aqui destacadas pelas Cartas-Proposta.

Não havendo mais observações o presidente orientou a forma de condução dos trabalhos, onde cada uma das oito Propostas será apreciada individualmente, observando os critérios já elencados. Cada membro se manifestará pela aprovação ou não de cada Carta-Proposta. Havendo consenso, não será necessário o registro dos votos. Em complemento à essa orientação o Sr. Alfredo solicitou para que o “estágio de desenvolvimento de cada projeto”, seja um critério a ser observado.

Deu-se início a apreciação das Cartas-Proposta que tiveram seus resumos executivos lidos pelo próprio presidente, conforme segue:

Carta Proposta 1 - Desenvolver diagnóstico e estratégias tecnológicas para combater a poluição no mar e ambientes marinhos causada pelo plástico e seus subprodutos em consonância com o Plano Nacional de Combate ao Lixo no Mar (PNCLM).

RESUMO EXECUTIVO				
1ª Reunião Extraordinária – Exercício 2021				
Comitê Gestor do Fundo Setorial de Petróleo e Gás Natural / CT-PETRO				
CARTA PROPOSTA / CT - PETRO				
PROPOSTA I	Desenvolver diagnóstico e estratégias tecnológicas para combater a poluição no mar e ambientes marinhos causada pelo plástico e seus subprodutos em consonância com o Plano Nacional de Combate ao Lixo no Mar (PNCLM).			
PROponente: Secretaria de Pesquisa e Formação Científica (SEPEF)	RESPONSÁVEL PELA PROPOSTA: Marcelo Morales			
INSTRUMENTO DE IMPLEMENTAÇÃO: Chamada Pública	AGÊNCIA EXECUTORA: CNPQ			
OBJETIVO DA CARTA PROPOSTA:				
Promover projetos de pesquisa e aplicados de inovação tecnológica relacionados à poluição do mar com foco na cadeia produtiva do plástico e em soluções para evitar, combater e mitigar os efeitos nocivos da poluição causada pelo plástico e seus subprodutos nos ambientes marinhos. O resultado dos projetos será o primeiro diagnóstico nacional sobre o lixo no mar.				
INSTITUIÇÕES PARCEIRAS / EXECUTORAS: Universidades, Instituições e Centros de Pesquisas congêneres ligados às atividades de pesquisa e estudos relacionados ao combate de lixo no mar com ênfase na poluição causada pelo plástico e seus subprodutos.			PRAZO DE EXECUÇÃO: 36 meses a partir da Autorização do Início do Objeto.	
QUADRO DE COMPOSIÇÃO DE FONTES				
FONTES DE RECURSOS		VALOR POR FONTE DO FNDCT- R\$		
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO	2021	2022	2023	Total
CT - PETRO	5.000.000,00	5.000.000,00	5.000.000,00	15.000.000,00
Total FNDCT				15.000.000,00

O Sr. Sérgio, após a leitura do resumo, complementou as informações referente à Proposta I, dizendo que esta é uma temática que se enquadra como prioritária por parte do MCTI, pois se trata da questão ambiental que precisa ser observada estrategicamente. Enfatizou que se trata de chamada pública, cujo projetos serão submetidos ao

longo do processo. Nesse momento está se apreciando a viabilidade dessa iniciativa.

Abriu a palavra para manifestação dos membros do CT Petro.

Sr. José Carlos, manifestou-se favorável, registrando que a posição da Comunidade Científica é pelo apoio à programas e não projetos isolados. Observou ainda, que este programa será executado pelo CNPq – instituição reconhecida pela comunidade – que garantirá uma ampla participação dos grupos de pesquisa do país.

O **Sr. Tales** disse que no mérito deve ser aprovado, lembrando que é uma chamada nova, e com isso a execução só acontecerá em 2022.

O **Sr. Milton** também se manifestou favorável, dizendo que devemos priorizar a execução via CNPq.

Cristiane da FINEP também se manifestou favorável, dizendo que se trata de um programa relevante para sociedade.

A proposta foi aprovada por unanimidade.

Carta Proposta 2 - Aplicação de Planta Demonstrativa de produção de H2 por eletrólise PEM e injeção de H2 na rede de Gás Natural (GN), em teores inferiores à 5% v/v.

RESUMO EXECUTIVO			
1ª Reunião Extraordinária – Exercício 2021			
Comitê Gestor do Fundo Setorial de Petróleo e Gás Natural / CT-PETRO			
CARTA PROPOSTA / CT - PETRO			
PROPOSTA II			
Aplicação de Planta Demonstrativa de produção de H2 por eletrólise PEM e injeção de H2 na rede de Gás Natural (GN), em teores inferiores à 5% v/v.			
PROponente: Confederação Nacional da Indústria (CNI) Setor de Petróleo e Gás		RESPONSÁVEL PELA PROPOSTA: Alberto Machado Neto	
INSTRUMENTO DE IMPLEMENTAÇÃO: Carta-convite		AGÊNCIA EXECUTORA: FINEP	
OBJETIVO DA CARTA PROPOSTA: Implantação de planta piloto de eletrólise PEM para produção de hidrogênio verde e aplicação desse hidrogênio em uma rede de gás natural, com avaliação dos impactos dessa adição tanto nos gasodutos como nos equipamentos dos clientes que utilizam esse Gás Natural.			
INSTITUIÇÕES PARCEIRAS / EXECUTORAS: Para essa iniciativa a CNI indica a Hytron Energia e Gases, empresa nacional, fundada em 2003 como uma "start-up" do Laboratório de Hidrogênio da UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas). A Hytron já desenvolveu a tecnologia de eletrólise PEM e está capacitada a fornecer, no Brasil, os equipamentos para o piloto de demonstração.		PRAZO DE EXECUÇÃO: 24 meses a partir da Autorização do Início do Objeto.	
QUADRO DE COMPOSIÇÃO DE FONTES			
FONTES DE RECURSOS		VALOR POR FONTE DO FNDCT- R\$	
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO		2021	2022
CT - PETRO		8.000.000,00	2.000.000,00
Total FNDCT			10.000.000,00
			10.000.000,00

Após a leitura do resumo executivo, o presidente solicitou a manifestação dos membros.

O **Sr. Alberto** foi o primeiro a comentar, disse que, embora seja uma empresa, esta é uma empresa originária da Unicamp. E, no Brasil, é uma das que detém a tecnologia mais avançada. Reiterou que se trata de uma Planta Piloto de demonstração. Falou que a proposta, inicialmente, foi identificada como Carta-Convite, contudo trata-se de uma encomenda. O **Sr. Sergio** disse que entende o equívoco, e isso pode ser ajustado.

O **Sr. Jose Carlos**, disse que as empresas já estão com a previsão de usufruírem 50% dos recursos do FNDCT e nesse sentido se **manifesta contrário** por ser uma empresa e, por se tratar de uma encomenda.

Sr. Milton segue a posição contrária do Sr. José Carlos.

O **Sr. Soriano**, diretor SEMPI/MCTI, pediu esclarecimento à FINEP, quanto a elegibilidade da proposta por se tratar de uma encomenda à uma empresa.

A **Sra. Cristiane** disse que Cartas-convite, voltam-se exclusivamente para ICTs, quanto as encomendas, estas também se destinam à ICTs. Mas certificar-se-á até o final da reunião, quanto a possibilidade de participação de empresas nessa modalidade de fomento.

O **Sr. Luciano Felipe** se manifestou contrário, por não ter certeza da elegibilidade dessa modalidade, encomenda, para empresas.

O **Sr. João**, representante do MME, inicialmente se manifestou contrário, mas aguarda manifestação da Finep sobre elegibilidade.

Sra. Melissa pediu para registrar que o assunto é muito relevante para o setor de petróleo e gás: "precisamos vislumbrar essa possibilidade – uso do Hidrogênio como combustível renovável – para o futuro Brasil", e pediu para manter a prioridade até que se esclareça a dúvida levantada.

O **presidente do CT-Petro** orientou que, devido à dúvida levantada, a proposta II fosse deliberada ao final da reunião, após esclarecimentos da FINEP.

Carta Proposta 3 - Incentivo ao desenvolvimento tecnológico e à inovação em apoio ao Programa Combustível do Futuro e Programa Nacional de Hidrogênio.

RESUMO EXECUTIVO			
1ª Reunião Extraordinária – Exercício 2021			
Comitê Gestor do Fundo Setorial de Petróleo e Gás Natural / CT-PETRO			
CARTA PROPOSTA / CT - PETRO			
PROPOSTA III			
Produção de bioenergia (biohidrogênio e biometano) a partir do tratamento de resíduos sólidos orgânicos.			
PROponente: Confederação Nacional da Indústria (CNI) Setor de Petróleo e Gás		RESPONSÁVEL PELA PROPOSTA: Alberto Machado Neto	
INSTRUMENTO DE IMPLEMENTAÇÃO: Chamada Pública - Mas enquadra-se como encomenda, pois depreende-se da proposta que a instituição executora será a Coppe/UFRJ.		AGÊNCIA EXECUTORA: FINEP	
OBJETIVO DA CARTA PROPOSTA: O objetivo deste projeto é avaliar a produção de bioenergia, na forma de biohidrogênio (H2) e biometano (CH4) a partir dos resíduos sólidos orgânicos utilizando a técnica de biodigestão anaeróbia, sob condições controladas, de forma a permitir o tratamento de diferentes resíduos em um mesmo local. Ainda, estudar a introdução de biotratamento de multi-materiais orgânicos com vistas ao aumento da produtividade da produção de biogás, biometano e hidrogênio em plantas de geração de eletricidade.			
INSTITUIÇÕES PARCEIRAS / EXECUTORAS: Depreende-se da Carta Proposta que a CNI indica a Coppe/UFRJ.		PRAZO DE EXECUÇÃO: 24 meses a partir da Autorização do Início do Objeto.	
QUADRO DE COMPOSIÇÃO DE FONTES			
FONTES DE RECURSOS		VALOR POR FONTE DO FNDCT- R\$	
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO		2021	2022
CT - PETRO		2.500.000,00	1.500.000,00
Total FNDCT			4.000.000,00
			4.000.000,00

Após a leitura da proposta III, o presidente abriu para manifestação dos membros.

O **Sr. Alberto** confirmou que se trata de uma encomenda para a COOPE/UFRJ.

O representante do MME, **Sr. João**, se posicionou favorável por ser um assunto de extrema relevância para o seguimento, especificamente para os combustíveis renováveis.

O **Sr. José Carlos** se manifestou contrário à proposta por entender que deve priorizar a modalidade Chamada Pública, e que o projeto deveria ser apoiado como programa e não como uma encomenda.

O **Sr. Milton** e o **Sr. Luciano** também manifestaram contrários, pelas mesmas razões elencadas pelo Sr. José Carlos.

Não havendo mais manifestações, a proposta foi aprovada pela maioria dos membros, declarou o **Sr. Presidente do CT-Petro**.

Carta Proposta 4 - Incentivo ao desenvolvimento tecnológico e à inovação em apoio ao Programa Combustível do Futuro e Programa Nacional de Hidrogênio.

RESUMO EXECUTIVO					
1ª Reunião Extraordinária – Exercício 2021					
Comitê Gestor do Fundo Setorial de Petróleo e Gás Natural / CT-PETRO					
CARTA PROPOSTA / CT - PETRO					
PROPOSTA IV	Incentivo ao desenvolvimento tecnológico e à inovação em apoio ao Programa Combustível do Futuro e Programa Nacional de Hidrogênio.				
PROponente: Secretaria de Empreendedorismo e Inovação (SEMPI)	RESPONSÁVEL PELA PROPOSTA:		Eduardo Soriano Lousada		
INSTRUMENTO DE IMPLEMENTAÇÃO: Chamada Pública	AGÊNCIA EXECUTORA:		CNPQ		
OBJETIVO DA CARTA PROPOSTA: Essa ação objetiva promover o desenvolvimento tecnológico e a inovação na cadeia de valor dos combustíveis alinhando-se com as temáticas do Programa de Combustível do Futuro e com o Programa Nacional de Hidrogênio.					
INSTITUIÇÕES PARCEIRAS / EXECUTORAS: instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs), isoladamente ou em parceria com empresas, com comprovada experiência em: Combustíveis renováveis e fósseis; matérias-primas residuais para a produção de biocombustíveis em larga escala; células a combustível; produção e uso de hidrogênio; controle de qualidade de combustíveis; controle de emissões em transportes; e captura e armazenamento de CO ₂ .			PRAZO DE EXECUÇÃO: 36 meses a partir da Autorização do Início do Objeto.		
QUADRO DE COMPOSIÇÃO DE FONTES					
FONTES DE RECURSOS		VALOR POR FONTE DO FNDCT- R\$			
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO		2021	2022	2023	Total
CT – PETRO		15.000.000,00	10.000.000,00	5.000.000,00	30.000.000,00
Total FNDCT					30.000.000,00

O Sr. Sérgio observou que por se tratar de dois programas conexos, em parceria ou não com empresas a serem executados por meio de chamadas públicas, esta Carta-Proposta poderá ser aprovada em mérito para que seja viabilizada em 2022. Para isso, faz-se necessário deslocar a parcela de previsão de recursos de 2021 para 2022 e assim sucessivamente.

O Sr. Alfredo ressaltou a importância da temática dentro do contexto transição energética, observando a prioridade que o MME e a ANP vem dando aos combustíveis renováveis e ao Programa Nacional de Hidrogênio.

O Sr. Roberto Machado reiterou que esta iniciativa é extremamente importante, porém não fica clara a distribuição dos valores tendo em vista que essa proposta se desdobrará em vários outros projetos. Inclusive disse que essa iniciativa pode contemplar os projetos abordados anteriormente, como o da Hytron e o da Coppe/UFRJ.

O Diretor Soriano, esclareceu que se trata de uma iniciativa pensada em articulação com o MME no âmbito do Programa Combustíveis para o Futuro e o Programa Nacional de Hidrogênio. Acrescentou que se desdobra em duas chamadas públicas, uma para apoiar a academia, via CT Petro e outra via CT Energ, voltada para as empresas – subvenção econômica, cujos temas voltam-se também para qualidade de combustível, diesel verde, misturas e uma parte de CCS (Carbon Capture and Storage).

O Sr. Tales pediu para registrar que o CNPq é favorável, mas sugere que seja aprovada no mérito e que seja executado em 2022.

O Sr. Jose Carlos, manifestou-se favorável à proposta, por se tratar de um programa que atende a expectativa da comunidade científica, que prima pela chamada pública. Ainda, possibilita os projetos anteriores, apresentados como encomendas, concorram no âmbito dessa iniciativa.

O Sr. João, manifestou-se favorável à proposta, dizendo que a chamada está totalmente alinhada com a política energética do MME.

Sem nenhuma manifestação contrária a proposta **foi aprovada por unanimidade.**

Carta Proposta 5 - Pesquisa e Desenvolvimento para Enfrentar o Derramamento de Óleo na Costa Brasileira – Programa Ciência no Mar do MCTI (*) Aditivo à Chamada MCTI/CNPq nº 6 de 2020 - 10 Projetos já aprovados (P 2).

RESUMO EXECUTIVO					
1ª Reunião Extraordinária – Exercício 2021					
Comitê Gestor do Fundo Setorial de Petróleo e Gás Natural / CT-PETRO					
CARTA PROPOSTA / CT - PETRO					
PROPOSTA V	Pesquisa e Desenvolvimento para Enfrentar o Derramamento de Óleo na Costa Brasileira – Programa Ciência no Mar do MCTI (*) Aditivo à Chamada CNPq nº 6 de 2020 - 10 Projetos já aprovados (P2)				
PROponente: Secretaria de Pesquisa e Formação Científica (SEPEF)	RESPONSÁVEL PELA PROPOSTA:		Marcelo Morales		
INSTRUMENTO DE IMPLEMENTAÇÃO: Chamada Pública (Aditivo)	AGÊNCIA EXECUTORA:		CNPQ		
OBJETIVO DA CARTA PROPOSTA: Contratação de 10 projetos de pesquisa da demanda qualificada da Chamada MCTI/CNPq 6/2020, em ordem de classificação, para ampliar o desenvolvimento de iniciativas para o conhecimento nas temáticas relacionadas ao derramamento de óleo que atingiu a costa brasileira em 2019, com a identificação das estratégias para combater, em diversas frentes, as consequências do derramamento de óleo; capacitação de Recursos Humanos nas áreas de interesse do Programa Ciência no Mar; e Produção de materiais e realizações de ações de divulgação científica sobre o tema.					
INSTITUIÇÕES PARCEIRAS / EXECUTORAS: USP, UFBA, UFC, UENF, UNILAB, UFMA, IATI, UFPR, UNESP, UFS (Ver detalhamento dos projetos aprovados em anexo da Carta Proposta).			PRAZO DE EXECUÇÃO: 24 meses a partir da Autorização do Início do Objeto.		
QUADRO DE COMPOSIÇÃO DE FONTES					
FONTES DE RECURSOS		VALOR POR FONTE DO FNDCT- R\$			
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO		2021	2022	2023	Total
CT – PETRO		6.242.538,85	-	-	6.242.538,85
Total fndct					6.242.538,85

O Sr. Sergio complementou informando que já houve a chamada pública, havendo a possibilidade de ampliar a contratação dos demais projetos aprovados ainda esse ano. Perguntou aos membros sobre a opinião sobre a relevância do tema, para destinação a mais recurso ainda esse ano para a contratação de mais 10 projetos **como está sendo proposto.**

O Sr. Luciano, manifestou-se favorável à proposta, dizendo que na Petrobrás existe alguns esforços nesse sentido, e disse que esse tema é muito caro para toda a indústria, no sentido de que são tecnologias que precisam estar prontas serem usadas nos momentos de desastres como os que ocorreram.

O Sr. Milton se manifestou favorável à proposta, observando que os projetos já foram aprovados no mérito, e não tiveram apoio por falta de recurso disponíveis à época. Considerando a relevância destes, deseja que se faça todo o esforço para que todos os 10 projetos sejam contratados, ainda esse ano.

Para complementar as informações pediu ao Sr. Sergio para solicitar ao Diretor Sávio (SEPEF/MCTI) para que complementasse as informações referentes a iniciativa em questão.

O Sr. Sávio, inicialmente informou que no último final de semana foram retirados 900 quilos de óleos em Fernando de Noronha, acrescentando que ainda não foi definido a origem desse desastre. No que se refere aos estudos sobre os impactos do derreamento de óleo no mar, informou que o MCTI, desde 2019, vem fomentando encomendas aos ICTs visando ao desenvolvimento de soluções científicas, que possam minimizar os impactos ambientais desses desastres. No que se refere à Chamada MCTI/CNPq nº 6 de 2020, foram qualificadas 47 propostas, das quais 11 já foram apoiadas, sendo 7 com recursos do MCTI e 4 por aporte da Marinha, e agora, para um segundo aporte, indicam-se mais 10 projetos para apoio do FNDCT, por entender que essa é uma agenda permanente que depende de investimentos do Estado.

O Sr. Tales manifestou-se favorável à iniciativa e, esclarecendo o Sr. Milton, disse será de fácil implementação pelo CNPq.

Sra. Cristiane manifestou-se favorável a continuidade desse programa.

Não havendo nenhuma manifestação contrária, a proposta foi aprovada por unanimidade.

Carta Proposta 6 – Desenvolvimento de Soluções de Base Tecnológica aplicadas à área de Petróleo e Gás Natural baseadas em Materiais Avançados, Fotônica, Acústica, Nanotecnologia, Minerais Estratégicos e Grafeno.

RESUMO EXECUTIVO			
1ª Reunião Extraordinária – Exercício 2021			
Comitê Gestor do Fundo Setorial de Petróleo e Gás Natural / CT-PETRO			
CARTA PROPOSTA / CT - PETRO			
PROPOSTA VI	Desenvolvimento de Soluções de Base Tecnológica aplicadas à área de Petróleo e Gás Natural baseadas em Materiais Avançados, Fotônica, Acústica, Nanotecnologia, Minerais Estratégicos e Grafeno.		
PROponente: Secretaria de Empreendedorismo e Inovação (SEMPI)	RESPONSÁVEL PELA PROPOSTA: Eduardo Soriano Lousada		
INSTRUMENTO DE IMPLEMENTAÇÃO: Chamada Pública	AGÊNCIA EXECUTORA: CNPQ		
OBJETIVO DA CARTA PROPOSTA: Esta Carta Proposta tem como objetivo geral fomentar o desenvolvimento de soluções de base tecnológica na área de petróleo e gás baseadas em materiais avançados, fotônica, acústica, nanotecnologia, minerais estratégicos e grafeno, no âmbito do Sistema Nacional de Laboratórios em Nanotecnologias (SisNANO-MCTI) e do Sistema Nacional de Laboratórios de Fotônica (SisFoton-MCTI).			
INSTITUIÇÕES PARCEIRAS / EXECUTORAS: Instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICTs), integrantes do SisNANO-MCTI (Chamada Pública CNPq/MCTI/SEMPI n° 19/2019) ou do SisFoton-MCTI (Chamada Pública CNPq/MCTI/SEMPI n° 01/2021) e as Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais vinculadas ao MCTI.		PRAZO DE EXECUÇÃO: 36 meses a partir da Autorização do Início do Objeto.	
QUADRO DE COMPOSIÇÃO DE FONTES			
FONTES DE RECURSOS		VALOR POR FONTE DO FNDCT- R\$	
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO	2021	2022	2023
CT - PETRO	15.000.000,00	5.000.000,00	5.000.000,00
Total FNDCT			25.000.000,00

O **Sr. Presidente** iniciou sua apreciação falando que a proposta está muito ampla e que seria necessário definir melhor o foco, e pediu para o **Sr. Soriano** explicar a proposta.

O **Sr. Soriano**, Diretor da SEMPI/MCTI disse que a ideia é viabilizar duas encomendas aos sistemas de laboratórios - Sisnano - Sisfoton, o primeiro congrega 23 laboratórios de nanotecnologia e o segundo envolve 11 unidades laboratoriais de fotônica cujos sistemas podem vir apoiar a indústria petrolífera. Essas unidades já foram qualificadas via chamadas públicas conforme já relatadas na Carta-proposta. Por fim, disse que concorda com a observação inicial do Sr. Ministro que apontou para a necessidade de uma melhor definição do escopo da proposta.

O **Sr. Luciano** pediu para que, no caso de reestruturação da proposta, os problemas do setor petróleo e gás a serem atacados no desenvolvimento da proposta sejam melhor identificados, não somente as tecnologias que serão utilizadas.

Diante do exposto, o **Sr. Sergio** disse que havendo a concordância do Sr. Soriano, propõe a retirada de pauta dessa proposta, para que a mesma possa ser reestruturada para nova submissão na próxima reunião de apreciação de projetos ao CT-Petro.

Não houve manifestação contrária, e deliberou-se, nesse momento, pela retirada da Carta-proposta de pauta.

Carta Proposta 7 - Desenvolvimento de sistema multiusuário de detecção, previsão e monitoramento de derrame de óleo no mar.

RESUMO EXECUTIVO			
1ª Reunião Extraordinária – Exercício 2021			
Comitê Gestor do Fundo Setorial de Petróleo e Gás Natural / CT-PETRO			
CARTA PROPOSTA / CT - PETRO			
PROPOSTA VII	Desenvolvimento de sistema multiusuário de detecção, previsão e monitoramento de derrame de óleo no mar.		
PROponente: Secretaria de Pesquisa e Formação Científica (SEPEF)	RESPONSÁVEL PELA PROPOSTA: Marcelo Morales		
INSTRUMENTO DE IMPLEMENTAÇÃO: Encomenda	AGÊNCIA EXECUTORA: FINEP		
OBJETIVO DA CARTA PROPOSTA: Apoiar o desenvolvimento de sistema integrado de monitoramento das AJB a partir de tecnologias espaciais em satélites, redes de bóias ancoradas (e.g. PIRATA, PNBOIA, SIMCosta), produtos de previsão de modelo unificado do sistema terrestre através de técnicas de Inteligência Artificial, voltado à detecção de embarcações e de manchas de óleo no mar e da previsão de deriva e dispersão de manchas de óleo no mar.			
INSTITUIÇÕES PARCEIRAS / EXECUTORAS: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE via Fundação de Apoio para Projetos de Pesquisa de Ciência e Tecnologia Espacial.		PRAZO DE EXECUÇÃO: 36 meses a partir da Autorização do início do Objeto.	
QUADRO DE COMPOSIÇÃO DE FONTES			
FONTES DE RECURSOS		VALOR POR FONTE DO FNDCT- R\$	
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO	2021	2022	2023
CT - PETRO	20.000.000,00	10.000.000,00	-
Total FNDCT			30.000.000,00

Após a leitura a apresentação inicial da Proposta VII, o **Sr. Sergio** solicitou que o **Diretor Savio** detalhasse melhor a proposição.

O **Sr. Savio** informou que essa iniciativa foi elaborada em parceria com o INPE e refere-se ao monitoramento da incidência e manchas oceanográficas. Acrescentou que o Sistema Multiusuário proposto visa qualificar ainda mais o aprimoramento de imagens. Esta proposição articula-se a outros sistemas de monitoramento. Nesse caso, informou como é um sistema muito específico, este se enquadra como encomenda, com a expectativa de implementação no próximo ano (2022).

O **Sr. Jose Carlos** disse que tem participado de diversos grupos de monitoramento e análise de dados, e orientou que, se possível, inclui outros grupos de análises de dados, sem desmerecer o mérito do INPE, mas sob o ponto de vista de ampliar a participação de outras instituições nesse monitoramento.

O **Sr. Savio** acrescentou, que a prática da colaboração já vem ocorrendo no campo da análise de imagens de satélites, e passou a citar vários projetos em que o INPE já atua em articulação com outras ICTs como o MOVAR, que articula um conjunto de instituições, atuando em rede.

O **Sr. Presidente** do CT-Petro destacou que a Carta-Proposta já apresenta, na íntegra de seu texto, um conjunto de instituições que estarão contempladas nessa iniciativa.

Não houve mais manifestações e, posto em votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

Carta Proposta 8 - Programa de Desenvolvimento de Tecnologias para Monetização do Gás Natural do Pré-Sal.

RESUMO EXECUTIVO				
1ª Reunião Extraordinária – Exercício 2021				
Comitê Gestor do Fundo Setorial de Petróleo e Gás Natural / CT-PETRO				
CARTA PROPOSTA / CT - PETRO				
PROPOSTA VIII Programa de Desenvolvimento de Tecnologias para Monetização do Gás Natural do Pré-Sal				
PROPONENTE: Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP)			RESPONSÁVEL PELA PROPOSTA: Otavio Augusto Burgardt	
INSTRUMENTO DE IMPLEMENTAÇÃO: Chamada Pública			AGÊNCIA EXECUTORA: FINEP	
OBJETIVO DA CARTA PROPOSTA: Os objetivos estratégicos do Programa de Desenvolvimento de Tecnologias para Monetização do Gás Natural são orientados no sentido de promover e apoiar desenvolvimento de P&D, soluções tecnológicas e processos inovadores para viabilizar o gás natural que se encontra em abundância no polígono do pré-sal para consumo da sociedade, bem como a estreita colaboração com clientes, parceiros e a comunidade científica.				
INSTITUIÇÕES PARCEIRAS / EXECUTORAS: Essa ação promoverá o lançamento de chamamento público para Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs), isoladamente ou em parceria com empresas, com propostas para a realização de desenvolvimento tecnológico e inovação, alinhada à Nova Lei do Gás Natural, Lei nº 14.134, de 2021.			PRAZO DE EXECUÇÃO: 48 meses a partir da Autorização do Início do Objeto.	
QUADRO DE COMPOSIÇÃO DE FONTES				
FONTES DE RECURSOS	VALOR POR FONTE DO FNDCT- R\$			
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO	2021	2022	2023	Total
CT - PETRO	5.000.000,00	5.000.000,00	5.000.000,00	15.000.000,00
Total FNDCT				15.000.000,00

Após a leitura do Resumo Executivo da proposta, o Sr. Presidente observou que por se tratar de uma chamada Pública, se aprovada, já fica o seu início estimado para 2022. A **Sra. Cristiane** contextualizou a proposição da Chamada Pública informando que durante o ano de 2019 a FINEP promoveu um *Roadmap* do setor de Petróleo e gás onde foram ouvidos os principais atores (Petrobras, Shell, Libras, Petrorio, Coppe). Este levantamento identificou-se 3 desafios tecnológicos, um deles referente ao Gás Natural, a questão de sua monetização. Explicou que, considerando a abundância desse recurso natural no Pré-sal, essa chamada, constitui-se como um desafio para ICT em parceria ou com empresas na busca de soluções que contribuam para os processos de descontaminação e da viabilização de exploração/transporte desse combustível para o continente, e consequentemente o acesso a sociedade a esse recurso energético. Observou que o Gás Natural é considerado, sob o ponto de vista da energia renovável, como combustível de transição. Finalizou dizendo que o Brasil ainda é um grande importador desse combustível, o que reforça a necessidade de estudos sobre as demandas apresentadas.

O Sr. **João José de Nora Souto**, manifestou-se dizendo que o Ministério de Minas e Energia (MME) apoia essa Iniciativa tendo em vista que se trata de uma questão estratégica para o país. Há uma enorme reserva de gás natural proveniente do Pré-sal que precisa ser explorada, concordando que ao invés de injetá-lo seria melhor monetizá-lo, como está sendo proposto. Ainda, complementou a sua explanação, informando que recentemente foi aprovado o Novo Marco Regulatório do Setor de Gás Natural – Lei nº 14.134, de 8 de abril de 2021, afirmando que a expectativa é duplicar, em 10 anos, a produção de Gás Natural no País em detrimento da importação desse combustível. Com isso, afirmou que é fundamental o investimento em tecnologias para a viabilização de todo esse potencial, considerando ainda que se trata de um gás vinculado ao petróleo. Finalizou afirmando que a proposta apresentada é prioritária para o MME e para o governo.

Após a manifestação dos Membros o Presidente colocou a proposta número 8 para deliberação: **A proposta 8 foi aprovada por unanimidade.**

Para finalizar o processo de apreciação das Cartas-proposta submetidas ao CT-Petro, o Sr. Sergio retornou à proposta número 2 - **Aplicação de Planta Demonstrativa de produção de H2 por eletrólise PEM e injeção de H2 na rede de Gás Natural (GN), em teores inferiores à 5% v/v** - e solicitou para a Sra. Cristiane esclarecer a dúvida levantada no início da reunião, quanto à legalidade de encomenda à uma empresa. A representante da FINEP respondeu que o Novo Marco Legal permite encomendas tecnológicas para empresas, mas tendo em vista que essa questão é uma novidade, orientou que se faça uma consulta formal à assessoria jurídica da FINEP. Após algumas manifestações dos membros **deliberou-se por retirar a proposta de pauta**, e aguardar a resposta quanto a legalidade dessa proposta, visando a reapresentação da mesma na próxima reunião CT-Petro.

Encaminhamentos

O CT-Petro deliberou pela retirada de duas Cartas-Proposta da pauta e aprovação em mérito e relevância das demais seis cartas, observando/orientando que, aquelas que se referem às Chamadas Públicas, ficam com previsão de início e disponibilização de recursos para o ano de 2022, conforme quadro resumo ajustado abaixo, aguardando a apreciação nas instâncias deliberativas do FNDCT.

Quadro Resumo com as Deliberações da 1ª Reunião Extraordinária do CT- Petro:

Item	Carta-Proposta	Instrumento/Agência	Instituição Executora	Cronograma de desembolso após a apreciação do CT-Petro/ valores em R\$/ Milhões					Obs.
				2021	2022	2023	2024	Total	
1	Aplicação de Planta Demonstrativa de produção de H2 por eletrólise PEM e injeção de H2 na rede de Gás Natural (GN), em teores inferiores à 5% v/v	Carta-Convite/ FINEP	Hytron-Energia e Gases (Empresa Nacional)	-0.000,00	2.000,00	-	-	10.000,00	Retirada de Pauta devido à dúvida ju.
2	Produção de bioenergia (biohidrogênio e biometano) a partir do tratamento de resíduos sólidos orgânicos	Encomenda/FINEP	Coppe/ UFRJ.	2.500,00	1.500,00			4.000,00	Aprovada no mérito, com previsão de execução em 2021
3	Incentivo ao desenvolvimento tecnológico e à inovação em apoio ao Programa Combustível do Futuro e Programa Nacional de Hidrogênio	Chamada Pública/ CNPQ	-		15.000,00	10.000,00	5.000,00	30.000,00	Aprovada no mérito, com previsão de execução em 2022
4	Desenvolvimento de Soluções de Base Tecnológica aplicadas à área de Petróleo e Gás Natural baseadas em Materiais Avançados, Fotônicos, Acústicos, Nanotecnologia, Minerais Estratégicos e Grafeno.	Encomenda 01/ CNPq	SisNANO-MCTI (Chamada Pública CNPq/MCTI/SEMPL nº 19/2019)		15.000,00	5.000,00	5.000,00	25.000,00	Retirada da Pauta. Proposta muito al foi solicitado pelo Comitê propostas específicas / definir melhor o problema
		Encomenda 02/ CNPq	SisFoton-MCTI (Chamada Pública CNPq/MCTI/SEMPL nº 01/2021)						
5	Desenvolvimento de sistema multiusuário de detecção, previsão e monitoramento de derrame de óleo no mar.	Encomenda/CNPq	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE		20.000,00	10.000,00		30.000,00	Aprovada no mérito, com previsão de execução em 2022
6	Pesquisa e Desenvolvimento para Enfrentar o Derramamento de Óleo na Costa Brasileira – Programa Ciência no Mar do MCTI (*) Aditivo à Chamada CNPq nº 6 de 2020 - 10 Projetos já aprovados (P 2)	Aditivo à Chamada Pública nº6 CNPq/2020	USP, UFBA, UFC, UENF, UNILAB, UFMA, IATI, UFPR, UNESP, UFS	6.242,54				6.242,54	Aprovada no mérito, com previsão de execução em 2021
7	Desenvolver diagnóstico e estratégias tecnológicas para combater a poluição no mar e ambientes marinhos causada pelo plástico e seus subprodutos em consonância com o Plano Nacional de Combate ao Lixo no Mar (PNCLM).	Chamada Pública/ CNPq	-		5.000,00	5.000,00	5.000,00	15.000,00	Aprovada no mérito, com previsão de execução em 2022
8	Programa de Desenvolvimento de Tecnologias para Monetização do Gás Natural do Pré-Sal	Chamada Pública/ FINEP			5.000,00	5.000,00	15.000,00	15.000,00	Aprovada no mérito, com previsão de execução em 2022
				8.742,54	61.500,00	30.000,00	25.000,00	125.242,54	6 (seis) Cartas -Proposta aprovadas

Quadro elaborado pela Equipe Executiva

Outros Assuntos e Encerramento

Como assuntos gerais, o Sr. Sergio informou que o MCTI está trabalhando para uma nova fase do FNDCT, onde todos Comitês Gestores dos Fundos Setoriais estão sendo reativados, cujas as reuniões ocorrerão no período 16 a 27 de agosto, com o objetivo de apreciar a proposta orçamentária de 2021 e suas proposições. Após essa primeira instância de apreciação, todas as Cartas-proposta dos 15 CTs seguirão para o Comitê de Coordenação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CCF) a fim de compor o Plano Anual de Investimentos que será submetido à aprovação do Conselho Diretor (CD/FNDCT) o mais breve possível, observando o tempo exíguo que se dispõe. Após as agências (CNPq e FINEP) iniciarem a operacionalização para viabilizar a contratação dos projetos/programas aprovados para o exercício de 2021. E, ainda esse ano, pretende-se iniciar as discussões referentes às deliberações para 2022.

Diante disso, o presidente finalizou a 1ª Reunião Extraordinária dizendo que um dos temas de pauta para a próxima reunião tratará da questão das prioridades em C,T&I no âmbito do Comitê do Fundo Setorial de Petróleo e Gás. Para isso, solicitou que os membros já fossem pensando sobre essa demanda junto às instituições que representam. E, com base nas prioridades definidas, em seguida, já serão solicitadas as Cartas-propostas visando antecipar os encaminhamentos para o próximo ano. Informou que a primeira reunião, provavelmente ainda em 2021, será de caráter técnico e a subsequente já apreciará as proposições para o exercício de 2022, a exemplo do que está sendo feito no dia de hoje.

Por fim, agradeceu a presença de todos e esclareceu sobre uma última dúvida dos membros, quanto a participação de membros suplentes, dizendo que a participação é garantida em todas as reuniões, porém sem direito a voto quando o Membro Titular estiver presente.

Este é o relatório que segue para anuência do Sr. Presidente do CT – Petro e posterior apreciação e aprovação dos Membros.

Atenciosamente,

Sônia da Costa
Assessora SEXEC

De acordo,

Sergio Freitas de Almeida
Presidente do CT- Petro

Brasília, 18 de agosto de 2021



Documento assinado eletronicamente por **Sônia da Costa**, **Chefe da Assessoria de Gerenciamento de Recursos**, em 06/04/2022, às 16:58 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sergio Freitas de Almeida**, **Secretário-Executivo**, em 08/04/2022, às 10:53 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **9578935** e o código CRC **7C08AFB0**.